

O Arquivo Municipal «Alfredo Pimenta» e as suas deploráveis instalações

Embora muitos o ignorem, e parece que até a própria Câmara Municipal que lhe não tem dado a atenção merecida, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta é uma instituição concelhia.

O que restava do Arquivo da Insigne e Real Colegiada à data da proclamação da República e em face da sua extinção (dado que a parte importante, constituída por 4 203 documentos, passou em 30 de Março de 1863, indevidamente mas por ordem superior, para a Torre do Tombo e de lá não voltará mais a sair), foi benemeritamente arrecadado na Sociedade Martins Sarmiento mas em condições muito precárias como o veio a salientar deste modo o Dr. Alfredo Pimenta: — *Sabia eu, directamente, porque com meus próprios olhos o vi, o estado em que o Arquivo da Colegiada se encontrava: a monte, no rés-do-chão da Sociedade Martins Sarmiento, os pergaminhos bolorados e a rasgar-se, os códices, empilhados, a trouxe-mouxe, os documentos arrastados ao Deus dará.*

Em face desta situação é que nasceu o Arquivo Municipal, criado pelo decreto n.º 19 952 de 27 de Junho de 1931 que estabelecia fossem nele incorporados: 1.º — O Arquivo da extinta colegiada de Guimarães; 2.º — Os documentos do antigo Recolhimento do Anjo e quaisquer outros já actualmente confiados à guarda da Sociedade Martins Sarmiento; 3.º — Processos crimes, cíveis e orfanológicos, dados por findos há mais de cinquenta anos; 4.º — Livros dos cartórios e tabeliães extintos, de há mais de cinquenta anos; 5.º — Livros paroquiais do concelho, que não utilizam ao governo e administração das paróquias, como sejam: a) Livros de usos e costumes; b) Livros de registo de testamentos; c) Livros de visitações; d) Livros de subsino; 6.º — Todos os documentos, livros processos e estatutos provenientes de irmandades, corporações e repartições extintas.

Criado o Arquivo, procedeu-se à arrumação e catalogação devidas, pelo que a sua abertura só se fez a 14 de Outubro de 1934, isto é, há já 47 anos. Dessa catalogação paciente e cuidada entregue à compe-

tência do Sr. Rodrigo Pimenta, verificava-se, então, a existência de 1 075 códices, 163 maços, 132 651 documentos e 1 550 pergaminhos, o que dava uma soma de espécies de 135 439.

Alfredo Pimenta teve a seu lado, em Lisboa o Sr. Prof. Doutor Gustavo Ramos, e em Guimarães o presidente da Câmara Municipal de então, Dr. João Rocha dos Santos, que, como ele confessou, *foram positivamente, os salvadores do Arquivo Municipal, e a garantia de que e'le se consolidaria.*

O Arquivo esteve, primeiramente, num edifício da Rua de Santa Maria, agora integrado no Centro Pastoral da freguesia da Oliveira, onde foi iniciada a arrumação e catalogação das espécies. Com a transferência dos serviços municipais para a casa de Martins Sarmiento foi o Arquivo instalado e aberto ao público no edifício dos antigos Paços do Concelho, no Largo da Oliveira, o que levou o Dr. Alfredo Pimenta a convencer-se: — *Era a instalação definitiva, por que eu tanto ambicionava, acrescentando, porém, — Não é grande a casa, também não é muito grande o Arquivo. Para as colecções incorporadas, e para as próximamente incorporáveis, chega. Como os homens, os Arquivos não se medem pelo tamanho; avaliam-se pela riqueza do seu conteúdo. Ter muitos documentos é bom; mas ter bons documentos é melhor. Podíamos ter mais do que os que possuímos. Mas o Estado veio cá, e levou tudo o que encontrou. Ainda ficou muita coisa — porque os Cónegos tiveram a bela ideia de esconder do emissário do Estado, quanto puderam. Sejamos-lhes gratos por esse acto aparentemente delituoso. Foi, mercê dele, que nós conseguimos manter o Arquivo da Colegiada, núcleo central do Arquivo Municipal de Guimarães...*

Ali se conservou o Arquivo até Setembro de 1963, data em que se verificou que o edifício necessitava de obras de consolidação e tudo quanto lá se encontrava teve de ser transferido para salas devolutas do edifício da Santa Clara onde funcionaram a reitoria e a secretaria do antigo Liceu.

Entretanto as incorporações foram-se sucedendo e a necessidade de uma melhor ampliação de espaço tornava-se evidente, concluindo-se que o Arquivo já não poderia voltar à sua antiga sede, tanto mais que já existia uma aglomeração de documentos em dependências que foram ocupadas do antigo tribunal. Depois, por diligências que efectuei junto da Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, deram entrada, no dia 13 de Setembro de 1965, os livros dos antigos conventos, mosteiros e reguengo pertencentes ao Concelho de Guimarães que, até essa data,

se encontravam incorporados na secção CONVENTOS E MOSTEIROS da Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga.

Foi um privilégio concedido ao Arquivo como se verifica do ofício circular P50/1-874 de 23 de Julho de 1964, da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos que, pela sua importância, passamos a transcrever:

O estudo do conjunto da situação dos livros paroquiais já incorporados nos Arquivos Distritais e no Arquivo dos Registos Paroquiais (anexo ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo), realizado recentemente por esta Inspeção Superior, permitiu-nos verificar que há concelhos e até freguesias que têm os seus livros paroquiais distribuídos por mais de um Arquivo, o que constitui, sob todos os aspectos, situação inaceitável.

Por outro lado, observa-se que alguns livros de freguesias pertencentes a concelhos de distritos que já têm Arquivo distrital se encontram noutros Arquivos.

Perante a situação exposta, esta Inspeção Superior elaborou uma série de normas que passo a indicar:

1. *Os livros paroquiais das freguesias de um concelho serem na sua totalidade incorporados em um só Arquivo.*

1.1. *Esse Arquivo ser o Distrital do distrito a que o concelho pertença.*

1.2. *Se o concelho pertence a distrito sem Arquivo Distrital, os livros irem para o Arquivo onde estiverem já os livros dos outros concelhos desse distrito.*

2. *Os livros paroquiais das freguesias de um concelho pertencente a um distrito com Arquivo Distrital, que se encontrem noutro Arquivo, serem transferidos para essa Arquivo Distrital.*

3. *Para futuro, as incorporações efectuarem-se conforme o indicado nas alíneas anteriores.*

E, finalmente e como vamos realçar:

4. **DO PROPOSTO NAS ALÍNEAS ANTERIORES SEREM EXCLUÍDOS OS LIVROS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE GUIMARÃES, QUE DEVEM NA SUA TOTALIDADE SER INCORPORADOS NO ARQUIVO MUNICIPAL «ALFREDO PIMENTA».**

Depois nova mudança se operou no Arquivo que passou para o que fora a antiga capela do convento de Santa Clara, e servira a ginásio do Liceu, onde continua em muito precárias circunstâncias e ainda com os documentos dispersos e mal arrumados que estavam no antigo Tribunal, e que, actualmente, estão em dependências que

serviram de quartel à Guarda Nacional Republicana, depois da transferência deste para o seu novo edifício.

Da parte das Câmaras, a partir da mudança do Arquivo da sua antiga sede, nenhum interesse se tomou por umas condignas instalações em edifício próprio. Parece que as vereações ainda se não aperceberam do valioso recheio que se guarda no Arquivo e de que se serviram, para os seus valiosos trabalhos, o Dr. Alfredo Pimenta, o Dr. Eduardo de Almeida, Alfredo Guimarães, Alberto Vieira Braga, A. L. de Carvalho e, ultimamente, tantos outros estudiosos da história que nele vieram colher elementos para muitas das comunicações apresentadas no Congresso Histórico sobre Guimarães e a sua Colegiada, agora reunidas nos preciosos volumes das «Actas» que estão a ser publicadas. A Câmara actual tem tomado mais partido pelo desporto do que pela cultura e tem dispendido para recintos e competições desportivas verbas avultadas que poderiam ser melhor aplicadas numa sede própria para instalação definitiva do desprezado mas valioso Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

A. de Oliveira